

Resenha do livro:

AZEVEDO, F. de et.al. Notas para a História da Educação. (Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova). Revista Brasileira de estudos pedagógicos. Rio de Janeiro, v. XXXIV, n. 79, p. 108-127, jul-set, 1960.

Resenha de:

Michele Varotto

O presente manifesto é o resultado da discussão e busca por uma renovação no sistema educacional que condissesse com as mudanças pelas quais a sociedade brasileira passara com a Revolução de 30, que marca a edificação de um Estado nacional, calcado nos pressupostos de preservação de sua soberania. Um documento aparentemente pequeno, mas de grande densidade e com proposições inéditas para a educação nacional, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, designou-se a divulgar os ideais de uma política brasileira de educação.

Redigido por Fernando de Azevedo, o documento contou com a assinatura de mais 26 signatários¹ no texto e nove colaboradores de Anísio Teixeira em sua gestão frente à instrução pública, todos participantes da Associação Brasileira de Educação fundada em 1924².

O objetivo do texto é fomentar a discussão sobre a necessidade de reconstruir a sociedade brasileira por uma nova educação, pressupondo a organização do ensino com base nas atividades do país e, delegando ao Estado a função de zelar por todo o processo educativo - desde a educação infantil até a universidade. Pode-se afirmar que o manifesto esboça as diretrizes necessárias para um sistema nacional de educação. Para tanto, pode-se dividi-lo em treze tópicos, da seguinte maneira: tópico um, “A reconstrução educacional no Brasil – ao povo e ao governo”; tópico dois, “Movimento de Renovação Educacional”; tópico três “Diretrizes que se esclarecem”; tópico quatro, “Reformas e a Reforma”; tópico cinco, “Finalidades da Educação”; tópico seis, “Valores mutáveis e valores permanentes”; tópico sete, “O Estado em face da educação”; tópico oito, “A função educacional”; tópico nove, “O processo educativo – o conceito e os fundamentos da educação nova”; tópico dez, “Plano de Reconstrução educacional”; tópico onze, “A Unidade de formação de professores e a unidade de espírito”; tópico doze, “O papel da escola na vida e sua função social” e, por último, tópico treze, “A democracia – um programa de longos deveres”; sendo que todos complementam-se em suas discussões.

No tópico um, “**A reconstrução educacional no Brasil – ao povo e ao governo**”, Fernando de Azevedo afirma que a educação é o problema de maior importância e gravidade diante da nação brasileira, pois nenhuma sociedade tem acréscimo de riquezas sem que as aptidões naturais de todos seus sujeitos sejam desenvolvidas. Por isso, o autor destaca a necessidade imediata de criar um sistema de ensino logado às necessidades

¹ Fernando de Azevedo; Júlio Afrânio Peixoto; Antonio de Sampaio Dória; Anísio Spínola Teixeira; Manoel Bergstrom Lourenço Filho; Edgar Roquette-Pinto; José Getúlio da Frota Pessoa; Júlio César Ferreira Mesquita Filho; Raul Carlos Briquet; Mário Casasanta; Carlos Miguel Delgado de Carvalho; Antonio Ferreira de Almeida Júnior; J.P. Fontenelle; Carlos Roldão Lopes de Barros; Noemy Marques da Silveira Rudolfer; Hermes Lima; Atílio Vivacqua; Francisco Venâncio Filho; Paulo Maranhão; Cecília Benevides de Carvalho Meireles; Edgar Sússekind de Mendonça; Armando Álvaro Alberto; Sezefredo Garcia de Rezende; Carlos Alberto Nóbrega da Cunha.

² Ver: SAVIANI, D. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007. SAVIANI, D. **O legado educacional do “longo século XX” brasileiro**. In: SAVIANI, D. et.al. (org) O legado educacional do século XX no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2004, p.11-57

modernas do país, que engendrem no cunho técnico e científico, quebrando com o foco literário, já que se considera que este último prolifera a maioria dos problemas pedagógicos. Determinar os fins e os meios de todo o processo educativo é outra premissa de grande urgência e, pode ser feito a partir dos problemas escolares atuais os quais ajudam no descobrimento dos processos mais eficazes.

No tópico dois, **“Movimento de Renovação Educacional”**, no três, **“Diretrizes que se esclarecem”**, e no quatro, **“Reformas e a Reforma”**, procura-se explicar a partir dos pressupostos elencados no tópico um, a necessidade de criação do Movimento renovador da educação, formado por um grupo de educadores que pretende fazer com que os problemas escolares sejam englobados no campo político-social. Assim, questionam-se os métodos rotineiros de educação no Brasil, sendo que nos demais países cuja industrialização já era incipiente, ocorriam transformações profundas no sistema educacional. Segundo o autor, esse movimento renovador já proporcionou a circulação de novas ideias e o entusiasmo de novas aspirações, os quais permitiram, a partir dos problemas sociais, determinarem campos mais vastos e modelados a imagem da vida. Justifica-se esse movimento renovador, portanto, como o responsável por disseminar a vivacidade na educação brasileira, devido ao apoio de grandes educadores nacionais que entendem as hostilidades da educação tradicional e vêem a importância de um documento que defina perante o público e ao governo as diretrizes de uma nova posição. Por isso, há a confiança da vitória dos ideais novos de educação, pois se acredita que é por meio deles que a sociedade irá se renovar e corresponder às mudanças sociais necessárias para o desenvolvimento da nação.

No tópico cinco, **“Finalidades da Educação”**, e no tópico seis, **“Valores mutáveis e valores permanentes”**, destaca-se que a educação não é algo estático e apartado da vida social, pelo contrário, a educação varia de acordo com a concepção de vida de cada época extraíndo sua força da própria realidade social. Dessa forma, a nova educação assume o caráter biológico reconhecendo que o indivíduo tem por direito o desenvolvimento de suas aptidões naturais de forma integral, e assim, deve contar com uma educação que se funde nos seus interesses com base na solidariedade e cooperação social. Esta é a nova educação, pragmática, e fundada a partir dos interesses dos indivíduos e não de classes sociais. Defende-se que o meio essencial em que a educação deve fundar e propagar-se é no trabalho com base na produção, pois esta é a melhor maneira de se estudar e se inserir na realidade, já que o trabalho faz com que os homens se sintam úteis em todos os aspectos, tornando-se seres sociais.

No tópico sete, **“O Estado em face da educação”**, procura-se destacar o direito biológico do ser humano à educação, e, desta forma, coloca como dever do Estado oferecer e garantir a educação a todos, propiciando meios para que a escola seja acessível a todos os cidadãos independente de suas condições. No primeiro item *“A educação, uma função essencialmente pública”*, exalta-se a necessidade do Estado assumir a responsabilidade diante da educação, e, contando com a ajuda de todas as instituições sociais (principalmente da família), propicie uma educação integral, com ideia de estruturar um caminho que ambos desejam aos seus filhos/educandos. Na segunda parte, *“A questão da escola única”*, analisa-se a importância de uma organização que torne essa nova educação integral efetiva, para que assim, a escola seja acessível a todos os cidadãos independentemente de suas condições, visando o desenvolvimento máximo de suas aptidões vitais, por isso, a escola deve ser: única, ou seja, deve ter um plano comum que norteie todas as instituições escolares na formação das crianças de 7 a 15 anos, que seja garantida pelo Estado em todas as suas necessidades. No terceiro e último item, *“A laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e coeducação”*, destaca-se os princípios deste

movimento, que podem ser considerados a grande bandeira da renovação educacional, demonstrando pioneirismo desses ideais à educação brasileira

“A laicidade, que coloca o ambiente escolar acima de crenças e disputas religiosas, alheio a todo o dogmatismo sectário, subtrai o educando, respeitando-lhe a integridade da personalidade em formação [...]. A gratuidade extensiva de todas as instituições oficiais da educação é um princípio igualitário que torna a educação, em qualquer de seus graus, acessível não a uma minoria, por um privilégio econômico, mas a todos os cidadãos que tenham vontade e estejam em condições de recebê-la. [...] A obrigatoriedade que, por falta de escolas, ainda não passou do papel, nem em relação ao ensino primário, e se deve estender progressivamente até uma idade conciliável com o trabalho produtor, isto é, até os 18 anos...” (AZEVEDO, 1960, p. 115)

No tópico oito, “**A função educacional**”, o autor afirma que é papel da educação o desenvolvimento máximo de todas as aptidões vitais dos sujeitos; com base nesta premissa o tópico se divide em três itens: “*a- A unidade da função educacional; b- A autonomia da função educacional; c- A descentralização*”; nos quais se procura destacar o desenvolvimento das aptidões do sujeito tendo como meio essencial um ensino contínuo em todos os seus graus, para que haja uma coerência interna e o desenvolvimento do indivíduo possa ser potencializado em sua formação integral. Nota-se a necessidade da autonomia estatal para que a função da educação possa ser realizada em sua integridade, assim como, é preciso que haja um fundo especial destinado ao desenvolvimento educacional que parta da estrutura estatal. Outro aspecto de grande destaque é a necessidade de um plano comum para toda educação no Brasil, em que a União vigie o cumprimento dos princípios estabelecidos em sua totalidade, buscando também os melhores resultados com menores despesas.

No tópico nove, “**O processo educativo – o conceito e os fundamentos da educação nova**”; destina-se a discutir a substituição que a Escola Nova prevê aos mecanismos de “*modelação de mentes*” pela própria vida como meio educativo, exaltando, desta forma, o respeito pela personalidade da criança por meio do trabalho e da ação que suscita diante de seus interesses e necessidades, focando na espontaneidade. Desse modo, nota-se que o interesse do educando ganha centralidade nesta nova proposta educacional, pois segundo os renovadores são as necessidades sentidas pelas crianças que farão com que as mesmas busquem forças e meios para se desenvolverem. Outro aspecto relevante, neste tópico, é a consideração da organização escolar como uma comunidade em miniatura, de forma, a colocar os educandos em contato com a vida ativa que os rodeia para que possam, assim, “*possuí-la, apreciá-la e senti-la de acordo com as aptidões e possibilidades.*” (AZEVEDO, 1960, p. 118).

No tópico dez, “**Plano de Reconstrução educacional**”, descreve-se um plano educacional que englobe todos os princípios elencados e analisados até o momento no documento, dividido em quatro itens: “*a- As linhas gerais do plano; b- O ponto nevrálgico da questão; c- O conceito moderno de Universidade e o problema universitário no Brasil; d- O problema dos melhores*”; o referido tópico atenta para a urgência de uma articulação entre os níveis de ensino de forma a possibilitar a continuidade do sistema educativo, tendo como meta fundamental a adaptação da escola às necessidades individuais de cada um. Esta integralidade é fundamental, de acordo com o manifesto, para que o desenvolvimento do aluno chegue à forma mais elevada possível e coerente. Defende-se uma educação que substitua o conceito de ensino estático por dinâmico em que, desde a educação infantil até a Universidade, ocorra o estímulo a atividade criadora do aluno para seu desenvolvimento

natural. Ao ensino secundário, entretanto, compete-lhe a formação profissional feita a partir dos 15 anos de modo que o aluno por meio do contato com diversas profissões possa encontrar aquela que melhor se encaixe a suas aptidões. Já o ensino universitário, deve abranger todas as profissões, de modo a se construir em um campo de vasta investigação científica em profundidade. A organização universitária é tida como necessária e urgente, no documento, para que se criem e difunda idéias políticas, sociais, morais e estéticas, no sentido de dar força e eficácia a ação dos homens para que se forme conhecimentos fundamentais a solução dos problemas brasileiros. Ou seja, a universidade é o ápice do processo de ensino e deve elevar ao máximo o desenvolvimento dos sujeitos dentro de suas aptidões naturais para dar força efetiva a formação da consciência social.

No tópico onze, **“A Unidade de formação de professores e a unidade de espírito”**, destaca-se a necessidade de uma formação sólida e de uma educação geral, designando a preparação geral dos mestres de todos os graus ao estabelecimento secundário, ficando aos cursos universitários a necessidade de uma formação mais sólida. Ou seja, no ensino secundário os professores receberão uma cultura geral pedagógica e deverão continuar seus estudos no ensino superior, de forma que um complemente o outro. A remuneração requerida deve ser digna ao exercício dessa profissão que permita ao educador manter com eficiência seu trabalho e seu prestígio.

No tópico doze, **“O papel da escola na vida e sua função social”**, com base em toda a discussão feita pelo documento, afirma-se que a função social da escola é se constituir em um lugar vivo, em uma instituição que lide com os interesses e alegrias da natureza dos educandos. Mas para isso, é preciso que se reorganize alargando seus limites e englobando a pluralidade e a diversidade como meio de potencializar a prática educativa, de forma a envolver toda a comunidade interna e externa à escola na constituição e desenvolvimento de seus caminhos para que estes ajudem na elevação material e espiritual da mesma.

E, por fim, no tópico treze, **“A democracia – um programa de longos deveres”**, atenta que, seguindo todos os preceitos, até então elucidados, é que o Brasil se constituirá em uma sociedade democrática. Ou seja, defende-se a premissa de que uma reconstrução educacional que encare os entraves da sociedade moderna, unifique vida e pensamento, o meio principal para a consolidação da democracia. A premissa-chave para se entender toda a discussão feita neste documento, é compreender que a doutrina democrática só se consolidará pela educação, uma educação que dê consciência ao povo cultivando sua identidade, seu esforço moral, sua energia criadora, na solidariedade e cooperação, por meio de uma consciência nacional e humana.

O trabalho desenvolvido por este grupo de revolucionários educacionais exprime-se por um documento político que mais do que a defesa dos ideais da Escola Nova, está à luta por princípios que jamais haviam feito parte da história educacional brasileira. A leitura e releitura desta obra, portanto, é um convite a reflexão e a compreensão da história da educação nacional, que tanto ajuda a compreender os elementos que influenciaram na educação presente, quanto a perceber aspectos imprescindíveis na luta por uma educação melhor que forme o sujeito em sua integralidade. Esse manifesto é uma referência educacional deixada a cada cidadão brasileiro que dá forças para uma luta constante, que já no século XXI ainda não vimos, em sua maioria, consolidadas.